procuradas principal e quase exclusivamente pelos segmentos mais desprivilegiados da sociedade (aliás, pessoalmente não estamos totalmente de acordo que tanto a festas de coroação dos Reis dos Congo, assim como a taleira tinham em sua origem e em nossos dias função primordialmente religiosa; não obstante todo o aparato ritual e sagrado de diversas de suas práticas, vemos tais grupos muito mais como embriões de sociabilidade e fontes de prestigio social, do que propriamente confrarias primordialmente religiosas), repetindo: do mesmo modo com a taleira nos ensina a respeito das formas de agregação das camadas mais baixas da sociedade sergipana, do mesmo modo, a história de vida de Bilina poderia nos fornecer importantes subsidios para um estudo de caso das vicissitudes e desaventuras de um membro desta camada que, através de um sem número de expedientes, institucionais ou não (entre os quais a própria taleira), conseguiu encontrar e preservar para si um lugar ao sol dentro da sociedade.

Fica, por conseguinte, nossa calorosa e humilde sugestão à Autora: se é que ainda não coletou integralmente a história de vida de Bilina, que o faça com a máxima brevidade e o maior número de detalhes, e que nos brinde proximamente com um estudo em profundidade desta figura tão crucial no panorama religioso de Sergipe, verdadeiro pontifice situado na encruzilhada do mundo dos vivos e dos mortos.

Este seria nosso comentário ao livro A taieira de Sergipe. Longe de desmerecer a qualidade da obra, nossa sugestão tem como escopo apenas estimular a imaginação criadora da Autora e tentar, desta forma, aumentar nossa bibliografia num tema ainda muito pouco explorado. Afora o trabalho "A vida rural tradicional: Comentário ao depoimento de um imigrante Nordestino", de Eunice R. Durhan e Hunaldo Belker, publicado nesta mesma Revista, n.º 3, 1963, p. 157-170, não dispomos de nenhuma outra história de vida recente consagrada à personagens nordestinos. Assim, temos certeza que se Beatriz Góis Dantas tomar como objeto de um estudo de caso a negra Bilina, e se mantiver o mesmo nível sério e inteligente deste seu primeiro livro, certamente que a bibliografia de Ciências Sociais há de se tornar menos lacunosa e mais rica.

Cumprimentamos a Editora Vozes por tão excelente publicação. Há tempos que o fato folciórico não era tão bem interpretado no Brasil. Pelo seu caráter informativo, metodologia correta, e seriedade documental, não nos resta senão recomendar calorosamente a leitura desta obra. — Luiz Mott.

. . .

MAXWELL, Kenneth R. — Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808. Cambridge, At the University Press, 1973. (Cambridge Latin American Studies, 16)

A crescente divergência sócio-econômica entre o Brasil e Portugal, que se sedimentou principalmente a partir do tão critico quanto fecundo periodo pombalino, evidenciou-se em Minas, na Inconfidência Mineira, embora não se tenha solucionado, nem sequer culminado nela.

Partindo das disposições políticas e ideológicas de Pombal para com os problemas econômicos do complexo colonial, Kenneth Maxwell um dos Brazilianists que, ao lado de Dauril Alden, mais se tem preocupado com o século XVIII luso-brasileiro, estuda minuciosamente, na obra que agora lança, o desenvolver daquela divergência até a ruptura do sistema, em 1808. A ascenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Pombal, deu-se no momento preciso em que um esforço de modernização ibérica fazia-se necessário para enfrentar o competitivo mundo econômico encabeçado pela Inglaterra. Através dos capítulos Dispositions, Change e Divergence, o A. discute a preponderância inglesa no comércio português e as medidas mercantilistas do 1.º Ministro: as companhias de comércio seriam a única maneira de subtrair o comércio colonial das mãos dos estrangeiros. A mudança viria na década de 60, quando a invasão espanhola de 62 representou um desafio ao statu quo pombalino. Os reflexos na América eram inevitáveis. A fragilidade das defesas militares brasileiras evidenciou-se de imediato. Mais uma vez, era a Inglaterra a acudir, com a reorganização fiscal, desenvolvida a partir do estabelecimento do Real Erário, em 1761.

Ora, foi justamente o endurecimento imposto pelos monopólios, pelos previlégios e pelo peso do braço fiscal que veio alterar profundamente o relacionamento luso-brasileiro.

A divergência explodiu, então, quando "o fim da era do ouro trouxe à tona, na Metrópole, uma poderosa e influente burguesia" (p. 61), incompativel com o "mercantilismo fortemente flexivel do estado pombalino" (id.). E para Pombal parecia ainda ser mais perigosa a ameaça externa do que a possibilidade de desintegração interna. Mas, na verdade, eram crescentes as tensões que conturbavam a administração e economia coloniais. A partir de 1770 acentuou-se a divergência entre a Junta da Fazenda e os interesses dos nacionais. Cai Pombal. Extinguem-se as Companhias. Em 1780 os tempos são outros: o pensamento ilustrado, a Revolução Americana e as contradições do governo alimentam a subversão.

A partir dai, em Confrontation, Conspiracy e Skulduggery, Maxwell centraliza suas atenções em Minas Gerais, nos seus aspectos geográficos, geológicos, sociais e econômicos, estabelecendo sua caracterização e os fatores da conspiração. A atuação de Tiradentes e dos Inconfidentes, o papel de Barbacena e as medidas de repressão da Metrópole são vastamente analisados. Assim, estes elementos preparam com lógica e fluidez os dois últimos capítulos: Crisis e Compromise. A derradeira década do século XVIII velo encontrar uma nova linha de ação dos políticos, já não mais a linha reacionária que havia sucedido a Pombal. Fazia-se sentir o sopro renovador da Academia de Ciências de Lisboa. Na balança econômica, era favorável a situação portuguesa frente à Inglaterra. O processo dos Inconfidentes prosseguia. Sentenças aplicadas, Tiradentes justicado, restava na colônia o pensamento de que, afinal, seria possível "viver sem Portugal", a exemplo dos norte-americanos que se haviam libertado da Inglaterra, "A conspiração em Minas tinha sido um triste e desonroso revés, mas também o tinha sido para a política colonial portuguesa" (p. 203). Sem querer ser mais um dos cultores do "herói" Tiradentes, o historiador norte-americano viu antes nele "um consistente entusiasta de uma Minas Gerais independente, republicana e auto-suficiente" (p. viii).

À luz das idéias de D. Luis Pinto de Sousa Coutinho e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, à frente dos negócios coloniais, Portugal pretendia reformas que invertessem a situação, especialmente em Minas Gerais. Também a economia baiana deveria entrar em novos esquemas após a revolta negra, severamente reprimida, em 1789.

O problema napoleônico, a pressão inglesa e as rebeliões em fermentação levavam à necessidade de se concretizar a idéia esposada por D. Rodrigo, para o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. Na verdade, ela não fora produto de momento mas "tinha sido o resultado das tendências de longa duração e desenvolvimento especiais que tinham marcado a história de Portugal e do Brasil, desde 1750" (p. 239). Usando vasto material bibliográfico publicado no Brasil, Portugal e Estados Unidos e servindo-se de documentação da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, do Arquivo Ultramarino, Lisboa, da Coleção da Casa dos Contos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, do Arquivo Público Mineiro e do Public Record Office, de Londres, Kenneth Maxwell atinge seu objetivo ao tentar provar como e porquê a política colonial portuguesa mudou, durante a segunda metade do século XVIII, em decorrência dos fatores sociais, políticos e econômicos que, iniciados durante o período de Pombal, frutificaram durante o reinado de D. Maria I. — Heloísa Liberalli Bellotto.

. . .

NOGUEIRA, Arlinda Rocha — A imigração faponesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922). São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1973. 247 p. (Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 28).

Através de ampla documentação, em grande parte inédita, a autora focaliza a fase inicial da imigração japonesa para o Brasil, em decorrência da necessidade premente de braços para a cultura cafeeira do Estado de São Paulo. As datas que serviram de balisamento para a pesquisa correspondem à chegada ao nosso país do primeiro navio de nipônicos (1908), até a cessação definitiva da subvenção da passagem aos imigrantes japoneses pelo Governo paulista (1922).

A historiadora começa por retratar a situação do Brasil e do Japão na época que precedeu o movimento migratório. Aborda as conversações, acordos e contratos que se deram visando a introdução de imigrantes japoneses no Brasil.

Após essas considerações que emprestam à obra um interesse peculiar, a autora parte para o enfoque do processo imigratório propriamente dito. Aborda demoradamente a chegada da primeira leva de imigrantes e de outras que se sucederam, apresentando os problemas cruciais de adaptação que os nipônicos enfrentaram, em virtude do grande contraste existente entre as culturas brasileira e japonesa. O impacto inicial dava-se na chegada à fazenda de café, pois entre as expectativas dos imigrantes e as condições reais que encontravam nos locais de acolhida havia uma distância muito grande. Quase todos vinham com o objetivo de enriquecimento râpido e retorno à pátria, iludidos pelas propagandas das companhias de imigração. Decepcionados, muitos deles deixavam as fazendas, usando muitas vezes o recurso da fuga, em busca de outros empregos, geralmente nos centros urbanos.

A obra traz dados e mapas das áreas de procedência dos imigrantes, destacando-se na dez primeiras levas as provincias de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima e Fukushima. Já no periodo de 1917 a 1922, as áreas de emigração se modificaram, adquirindo importância primordial a provincia de Okinawa, seguida de Kagoshima, Fukuoka e Wakayama. Enriquecem ainda o livro quadros estatísticos pormenorizados, acompanhados de mapas das fazendas de café do Estado de São Paulo, receptoras de imigrantes, aparecendo como área de maior destaque e da E.F. Mojiana, seguida da região da E.F. Paulista e E.F. Sorocabana.

Ao finalizar o trabalho, a autora dedica um capítulo à colonização nipônica, historiando a fundação dos primeiros núcleos coloniais japoneses na Baixada do Ribeira de Iguape — Katsura e Registro.

Fruto de uma tese de doutoramento, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São